SERVIDOR PÚBLICO — VANTAGENS — DIREITO ADQUIRIDO

Servidores públicos federais: Celetistas convertidos em estatutários.

Direito adquirido a anuênio e licença-prêmio por assiduidade: artigos 67, 87 e 100 da Lei nº 8.112/90.

Inconstitucionalidade dos Incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 08.01.1991.

1. São inconstitucionais os incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 08.01.1991, porque violam o direito adquirido (art. 5º, XXXVI, da C.F.) dos servidores que, por força da Lei nº 8.112/90, foram convertidos de celetistas em estatutários, já que o art. 100 desse diploma lhes atribuíra o direito à contagem do tempo de serviço público para todos os efeitos, inclusive, portanto, para o efeito do adicional por tempo de serviço (art. 67) e da licença-prêmio (art. 87).

2. Precedentes do Plenário e das Turmas.

3. R.E. conhecido e provido, para o restabelecimento da sentença de 1º grau, que julgou procedente a ação.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Recurso Extraordinário nº 233.201

Recorrente: Jorge Romualdo Alves de Almeida

Recorrida: União Federal (Sucessora do Extinto INAMPS)

Relator: Sr. Ministro Sydney Sanches

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 02 de fevereiro de 1999.

MOREIRA ALVES — Presidente

SYDNEY SANCHES — Relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES: —

1. O E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, julgando Apelação interposta por Jorge Romualdo Alves de Almeida, proferiu acórdão assim ementado (fls. 104):

“EMENTA: — CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO SOB REGIME CELETISTA PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS DO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

1. Contratual, como é, a natureza jurídica da relação de emprego e institucional a do regime único, sob império administrativo, tem o servidor transposto mera expectativa de direito em relação a anuênio, licença prêmio por assiduidade e outras vantagens típicas do regime instituído pela Lei nº 8.112/90, salvo a incorporação de benefício definitivamente constituído em seu patrimônio e compatível com o novo regime funcional.”

2. Embargos de Declaração, apresentados pelos apelantes, foram rejeitados (fls. 116/123).

3. No R.E., com apoio no art. 102, III, “a”, sustenta o recorrente a ocorrência de violação ao art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

4. O recurso foi admitido e processado. É o Relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (Relator): —

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar, a 04 de junho de 1998, o R.E. nº 209.899, de que foi relator o eminente Ministro Maurício Corrêa, por unanimidade de votos, firmou entendimento no sentido de que o veto ao parágrafo 4º do art. 243 da Lei nº 8.112/90, “não teve o alcance pretendido, pois os servidores contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho foram remetidos pela Lei nº 8.112/90 à condição de servidores públicos estatutários, “ex vi” do “caput” do seu artigo 243. Conseqüentemente, aplicam-se-lhes as vantagens funcionais constantes do Capítulo II do novel diploma legal (L. 8.112/90) e, em face do disposto no artigo 100, que assegura a contagem do tempo de serviço federal para todos os efeitos, têm os recorridos o direito de perceber o adicional por tempo de serviço (anuênio) previsto no artigo 67” (R.E. nº 209.899/RN).

2. O aresto ficou assim ementado:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LEI Nº 8.112/90: ARTIGO 100 C/C O ARTIGO 67. VETO AO § 4º DO ARTIGO 243. SUBSISTÊNCIA DA VANTAGEM PESSOAL.

O veto ao § 4º do artigo 243 da Lei nº 8.112/90 não tem base jurídica para desconstituir direito de ex-celetistas à contagem do tempo pretérito para fim de anuênio, na forma prevista no artigo 67 do novo Regime Jurídico Único, visto que o artigo 100 do texto legal remanescente dispõe que é contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal.

Recurso extraordinário não conhecido”.

3. A orientação vem sendo seguida pela Primeira Turma, como, por exemplo, no R.E. nº 223.376, Relator Ministro Moreira Alves, por acórdão unânime, com a seguinte ementa:

“Recurso extraordinário. Direito adquirido pelos servidores contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho à contagem, para efeito de anuênio, do tempo do serviço federal prestado na sistemática legal anterior ao advento do Regime Jurídico Único, sem a restrição imposta pela Lei nº 8.162/91. Precedente do Plenário da Corte (RE 209.899)”.

4. Se assim é com relação ao adicional por tempo de serviço (art. 100 da Lei nº 8.112/90), assim há de ser também, no que concerne à licença-prêmio (art. 87).

5. Aliás, no julgamento do R.E. nº 221.946, de que fui Relator em data de 29 de outubro de 1998, o Plenário do S.T.F., por votação unânime, declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 08.01.1991, que pretenderam obstar o exercício do direito adquirido dos celetistas, convertidos em estatutários, ao cômputo do tempo de serviço, anterior à conversão, para efeito de anuênio e licença-prêmio.

6. Isto posto, adotando os fundamentos de-

duzidos nos precedentes referidos, conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento, para restabelecer a sentença de 1ª grau, que julgou procedente a ação.

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 233.201-9

Proced.: Distrito Federal

Relator: Min. Sydney Sanches

Recte.: Jorge Romualdo Alves de Almeida

Advdos.: Reinaldo Tadeu Piedade de Faria e outros

Recda.: União Federal (Sucessora do Extinto INAMPS)

Adv.: Advogado-Geral da União

Decisão: A Turma conheceu do recurso e lhe deu provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª Turma, 02.02.99.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.

Ricardo Dias Duarte, Coordenador